

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE CIÊNCIAS NO PARFOR DE MARÃ: ESTUDO DE CASO COMO ABORDAGEM DE ENSINO

Gisele de Almeida Nascimento - Mestre em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECIM-UFAM (2019). Exerce pesquisa em Educação em Ciências com os principais focos em formação inicial e continuada de professores. Atualmente, participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Biologia (EP-ENBIO) que envolve docente e discente da área de Ensino de Ciências do Departamento de Biologia da UFAM. E-mail: gi.almeida1402@gmail.com.

RESUMO

Esta pesquisa é parte das atividades realizadas na disciplina Legislação da Educação Básica. Dentre seus objetivos, investigou como os estudos de caso podem ser utilizados como abordagem de ensino e, assim, auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de professores em formação. A pesquisa é qualitativa e envolveu os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Parfor/UEA no município de Marã, no Estado do Amazonas. O trabalho realizado em aula incluiu a resolução de questões educacionais em grupos de Estudos de Casos, envolvendo professores e alunos e mostrou-se adequada para a compreensão dos princípios básicos das Leis da Educação Básica Brasileira. Os professores em formação foram capazes de construir conhecimentos básicos sobre os temas, desmistificando ideias de senso comum sobre a *Lei de Diretrizes em Educação Básica*, os direitos e as relações educacionais em ambientes escolares. As respostas sugeridas nas atividades foram discutidas em sala e serviram para facilitar o processo de ensino aprendizagem da turma.

Palavras-chave: Docência; Ensino-aprendizagem; Legislação da Educação Básica.

ABSTRACT

This research is part of the results of the activities carried out in the Basic Education Legislation discipline. Among its objectives, it investigated how the case studies can help in the teaching-learning process of teachers in training. The research is qualitative and involved a Bachelor's degree in Biological Sciences from Parfor in Marã. The work done in class, which includes the resolution, in groups, of Case Studies on incidents involving teachers and students in educational issues, proved to be adequate for understanding the basic principles of Brazilian Education. The students were able to build basic knowledge on the themes, demystifying common sense ideas about the school, rights and teacher-student relationships in school environments. The Answers suggested by the students were

discussed in the classroom and served to facilitate the teaching and learning process of the class.

Keywords: Teaching; Teaching and learning; Basic Education Legislation.

INTRODUÇÃO

A formação de professores no Brasil tem gerado algumas estratégias para qualificar o sistema de ensino escolar em algumas regiões onde não existem universidades. No interior dos Estados da região Amazônica, a formação de professores ainda é escassa e apresenta uma ausência do Estado e seus serviços no setor da Educação Superior para a formação de professores da Educação Básica (OLIVEIRA FILHO; SANTOS, 2012). Portanto, o tema é relevante uma vez que a realidade amazônica está em processo de formação de seus professores e vivencia a escassa formação de professores de Licenciatura em Ciências Biológicas.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), desde 2009, fomenta a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para todo território nacional (CAPES, 2015). Contempla profissionais do magistério que exercem docência na rede pública da educação básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula (SOUZA; FRISSELLI, 2017). Esse foi o meio encontrado para que as universidades federais se fizessem presentes em mais municípios, principalmente os mais longínquos, em áreas onde a educação se realiza em condições mais difíceis (VASCONCELOS, 2016; SILVA, 2018).

O programa emergencialmente implantado para combater os problemas de formação dos professores tem a parceria das secretarias de Educação da rede pública de ensino, seja estadual ou municipal (CAPES, 2015). Trata-se de um convênio que auxilia os professores da rede pública da educação básica a adquirirem a primeira graduação e a segunda graduação de acordo com a necessidade.

- 1) Para professores que atuam na rede pública da educação básica e não têm formação superior;
- 2) Para professores que têm a formação superior, mas pretendem fazer o curso na disciplina em que atuam em sala de aula;
- 3) Para professores em exercício há pelo menos três anos na rede pública que já tenham uma graduação e pretendam obter uma segunda licenciatura em área distinta da formação inicial;
- 4)

Para docentes graduados não licenciados que se encontram em exercício na rede pública da educação básica e buscam a formação pedagógica (CAPES, 2015).

O PARFOR/UEA EM MARAÃ

O Parfor foi implantado em Marañ em 2009 e a primeira turma teve oferta de vagas para o curso de Pedagogia. Neste período, o curso foi ministrado na cidade de Tefé (522 km de distância de Manaus) e os alunos tinham muita despesa com o deslocamento. Por isso, a evasão foi maior do que o esperado no período, uma vez que os alunos tinham que custear a alimentação, passagens fluviais, transporte e hospedagem na cidade (OLIVEIRA, 2019). Em 2011, com um expressivo número de alunos residentes no município de Marañ matriculados no curso de Educação Física foi montado uma base do Parfor neste município para atender a demanda de professores-cursistas. Em 2012, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ofertou vagas para a segunda licenciatura em Letras Língua Portuguesa, e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) ofereceu três turmas de Pedagogia (OLIVEIRA, 2019; SILVA, 2018). Em 2014, foi criada a turma de Matemática e no mesmo ano duas turmas de Licenciatura em História. Nesta época, as aulas foram ministradas na Escola Municipal Professora Darcy Barbosa Littaif, sob a coordenação local de Benedito Junior. Posteriormente, em parceria com o município, o Parfor passou a funcionar na escola Padre Antônio Ten Have. No Quadro 1 está sumarizado os dados das turmas e cursos ofertados em Marañ, no período de 2014 a 2019.

Quadro 1: Turmas de egressos de Parfor em Marañ, período de 2014 até 2019

| Ano | Curso | Instituição | Nº de professores formados |
|--------------|--------------------------|-------------|----------------------------|
| 2014 | Letras Língua Portuguesa | UFAM | 24 professores |
| 2016 | Educação Física | UFAM | 18 professores |
| 2018 | Pedagogia | UEA | 98 professores |
| 2018 | Matemática | UFAM | 12 professores |
| 2019 | Licenciatura em História | UFAM | 24 professores |
| Total | | | 176 professores |

Fonte: Adaptado Marañ - Amazonas criado pelo coordenador local do Parfor de Marañ¹³

¹³ Disponível em: <https://maraense.blogspot.com/2019/06/maraa-aspectos-gerais.html>.

De 2014 a 2019, foram formados 176 professores pelo Parfor. Dentre estes, 98 obtiveram grau em cursos do Parfor/UEA e 78 professores foram formados pelo Parfor/UFAM. No Brasil, os números de matriculados no Parfor de 2009 a 2019, somam um total de 100.408 professores-cursistas. As turmas de Parfor concluídas até 2019 totalizam 2.598 professores formados em todo território nacional (CAPES, 2020).

Atualmente, em Maranhã, funcionam quatro cursos de Licenciatura: Geografia (38 professores-cursistas), Licenciatura em Educação Física (25 professores-cursistas), Licenciatura em Biologia (Turma 1: 25 professores-cursistas; Turma 2: 27 professores-cursistas), todos ofertados pela UEA. Além das novas demandas na plataforma *Paulo Freire* para os alunos de duas turmas de Letras – Língua Portuguesa que aguardam aprovação para iniciar as atividades (CAPES, 2023).

ESTUDO DE CASO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A pesquisa é qualitativa por estar trabalhando com problemas bastante particulares do sujeito, pelo universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2011). O local da pesquisa foi uma turma de Licenciatura em Ciências Biológicas do Parfor/UEA de Maranhã. A turma era composta por 24 professores em formação, todos com vínculos empregatícios com o município.

A metodologia foi mediada por um roteiro de estudo de caso, composto por 10 questões elaboradas para serem aplicadas em 8 grupos de 3 componentes. No estudo de caso, os pesquisadores não têm controle sobre os eventos presenciados, as características significativas da vida real são observadas e garantidas por questões do tipo “como” e “porque”, para compreender fenômenos sociais complexos (YIN, 2010). Lüdke e André (2014) afirmam que o estudo de caso tem por finalidade incidir naquilo que tem de único, mesmo que durante a pesquisa sejam encontradas certas semelhanças com outros casos ou situações. O estudo de caso permitiu compreender aspectos relevantes da prática docente, assim como pode reter as características holísticas e significativas de um evento da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, entre outras [...] (YIN, 2010). Por isso, optou-se por

utilizar o estudo de caso, pois sabe-se que a capacidade profissional do professor não se finda na formação técnica e disciplinar, mas deve atingir o campo prático e as concepções pelas quais se estabelece a ação docente frente a uma realidade social (CALDAS; FERREIRA, 2017).

O estudo de caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação (CHIZZOTTI, 2009, p.32).

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE E RESULTADOS

A atividade foi aplicada a uma turma de 24 professores em formação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Parfor da UEA, município de Maranhã e durante as 30 horas da disciplina, no turno da manhã e tarde, sempre no final das aulas, os temas estudados podem ser observados no esquema construído a seguir:

| AULA 1 | AULA 2 | AULA 3 | AULA 4 |
|---|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação geral da disciplina; Ementa; Conteúdo programático; cronograma e as formas de avaliação. • A Educação no Brasil: Direito, Educação e Transformação: Lei n. 9.394/96. • Atividade de fixação/Extensão - 1ª: Estudo de casos fictícios | <ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Educação (PNE): Lei n. 13.005/2014: apresentação e discussão das metas. • O PPC - Projeto Político Pedagógico; 01. Concepção do Curso. 02. Estrutura do Curso. • Atividade de fixação/Extensão - 2ª: Estudo de casos fictícios | <ul style="list-style-type: none"> • Ensino médio: BNCC – base nacional comum curricular: lei n. 13.415/2017. • Apresentação de dois vídeos – Total: 12 minutos – com Mapas Mentais. • <i>O novo ensino médio</i> • Vídeo 1: <i>Noções gerais</i> • Vídeo 2: <i>Itinerários formativos</i> • Discussão sobre a BNCC. • Atividade de fixação/Extensão - 3ª: Estudo de casos fictícios | <ul style="list-style-type: none"> • O direito à educação diferenciada nas leis brasileiras: educação de jovens e adultos e educação especial (educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação). • Educação indígena (lei 9.394/96) • Atividade de fixação/Extensão - 4ª: estudo de casos fictícios |

Fonte: Plano de Aula da disciplina Legislação do Ensino Básico, ministrado pela autora na turma de Licenciatura em Ciências Biológicas do Parfor/UEA/Maranhã, em 2019.

As aulas foram divididas em dois momentos, a exposição do tema e um exercício de fixação para contextualizar os conceitos trabalhados. A atividade de fixação resumia-se em estudos de casos vivenciados cotidianamente em uma escola fictícia e, entre os conteúdos, estava presente conceitos aplicáveis da legislação estudada em aulas expositivas e dialogadas anteriormente através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica - Lei 9.394/1996, Plano Nacional de Educação - Lei 13.005/2014, através das Competências Socioemocionais presente na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, entre outros.

Os professores em formação leram as questões na íntegra e posteriormente destacaram os conceitos, os artigos da Lei que justificassem como proceder ou orientar os casos tendo em vista a resolução dos problemas encontrados. Essa atividade surgiu do pensamento que no contexto educacional da comunidade onde os professores em formação atuam, estes serão os profissionais referência no município para orientar a população sobre a Legislação da Educação Básica.

Os casos deveriam ser ordenados em uma folha na qual os estudantes deveriam expor cada caso, conectando com os artigos das Leis, indicando os pontos positivos e negativos e, de acordo com a compreensão de cada aluno, inserir dúvidas que surgissem ao longo das discussões em grupo, a fim de esgotar os casos. Sobre este aspecto, Spricigo (2014) afirma que os estudantes analisam os saberes necessários para a resolução do caso, pesquisam e discutem em pequenos grupos. Para Spricigo (2014), os casos são construídos em torno de objetivos de aprendizagem (habilidades e competências) que se pretende desenvolver e são seguidos de questões que devem ser respondidas pelos estudantes. A presença dessas questões torna o estudo de caso uma abordagem de ensino guiada. Neste sentido, a partir da atividade buscou-se a criação de temas-geradores de Paulo Freire, na qual a educação é pensada de forma contextualizada, problematizada e interdisciplinar. A seguir, um exemplo do caso trabalhado:

Estudo de caso: Legislação da Educação Básica/CASO nº 4

Raquel, moradora do Município de Marã, localizado a 615 quilômetros da cidade de Manaus, é mãe solteira e foi atrás de vagas para as suas filhas: Valentina de 1 ano e Glenda de 7 anos de idade. Raquel, desconhecendo a Legislação Brasileira, pretende ir junto ao Ministério Público exigir que o Estado se

responsabilize pela matrícula das filhas em escolas públicas, uma vez que não conseguiu a vagas para as filhas na escola próximo de casa.

- a) Raquel pode requerer os seus direitos junto ao Ministério Público, sim ou não? Justifique sua resposta com base nas leis estudadas e contextualizando a comunidade que você trabalha;
- b) O que prevê a LDB Lei 9394/1996, para crianças como Valentina (1 ano) e Glenda (3 anos)? Justifique com base na Lei. Na escola que você lecionou já observou algum caso parecido? Relate com base nos conceitos estudados.
- c) Você, enquanto professora e conhecedora da Lei 9394/96 (LDB), o que a orientaria? Discuta com seu grupo e justifique sua resposta com base no que diz a LDB Lei 9394/1996.

Fonte: Elaboração própria.

Spricigo (2014, p. 1), “as abordagens de ensino e aprendizagem baseadas em situações de contexto real são poderosas para desenvolver competências e habilidades relativas à resolução de problemas, à tomada de decisão, à capacidade de argumentação e ao trabalho efetivo em equipe”. Os debates nos grupos, revelam que os professores em formação na sua grande maioria conseguem fazer conexões com a prática cotidiana, trazendo experiências observadas e vivenciadas nas comunidades.

Outros professores de comunidades mais distantes, que a realidade e a estrutura escolar são escassas, trouxeram apenas respostas retiradas das leis estudadas e somente conseguiram fazer conexões mais significativas a partir das colocações de alguns colegas no momento que conseguiram identificar elementos que faziam parte da realidade vivenciada. Isso mostra a importância do trabalho coletivo, da contextualização da atividade e do momento de discussão das atividades para construção de novas ideias e conceitos.

Ainda Spricigo (2014) afirma que o estudo de caso tem o potencial de trazer ao contexto real conceitos que podem ser abstratos ou desconexos, caso sejam abordados apenas teoricamente e isoladamente. Na atividade, embora os casos pareçam simples as discussões foram além das leis estudadas, ultrapassando os muros da sala de aula, e foram abordados temas como educação no campo, discussões sobre as condições dos povos indígenas e das comunidades, bem como as situações enfrentadas pelos professores nas regiões ribeirinhas entre outros. Vale destacar que os professores em formação lecionam nas comunidades próximas ao município de Maraã, tais como: São José do Maguari Jacitara, São José do Cuiu-cuiu, Santa Tereza, Boa Esperança e comunidade do Baré. O trabalho nas comunidades exige que estes residam durante todo o período letivo nestes locais, devido à distância do

município sede, a dificuldade de acesso ou por algumas comunidades estarem dentro de terras indígenas. Para Silva (2018), a vida dos professores em localidades rurais que não possuem a garantia de transportes adequados para fazer o traslado, deixa nas suas responsabilidades a estadia nestes locais, precisando pescar, caçar para permanecer na comunidade em que a escola está situada.

Outro aspecto discutido durante a atividade foi as questões sociais e as particularidades educacionais das comunidades. Ainda sobre este aspecto Melzer, Brick e Hoffmann (2021) afirmam que a educação no campo luta pela construção de uma nova concepção educacional de base emancipadora e com olhar crítico da realidade aliada à produção agroecológica e com perspectiva de empoderamento comunitário na construção e na unificação das pautas de luta e de resistência da coletividade diversa que vive e produz sua existência enquanto sujeitos de direitos nos campos, nas águas e nas florestas deste país.

Os estudos de casos, pensados a partir de temas geradores, trouxeram discussões importantes para sala de aula uma vez que os professores-cursistas identificaram problemas parecidos com os casos da atividade nas comunidades. Aqui podemos destacar um outro exemplo de caso trabalhado como exercício de fixação:

Estudo de caso: Legislação da Educação Básica/CASO nº 5

Ana Maria, moradora do Município de Tefé localizado a 522 quilômetros da cidade de Manaus, tem 35 anos de idade, é mãe de Ana Sophia de 3 anos de idade e não gosta de praticar atividade física, então, resolveu ir até a escola que estuda pedir para não cursar a disciplina de educação física. No entanto, Selma secretária da escola não quis abrir a solicitação de Ana Maria alegando que a jovem, estava com saúde para realizar a atividade física. Você enquanto professora e conhecedora da Lei 9394/96 (LDB), o que acha do caso?

- a) Ana Maria pode abrir solicitação para não realizar a atividade física? Justifique a resposta. Discuta com seu grupo e apresente os pontos positivos e negativos desta solicitação.
- b) Selma a secretária está certa por não abrir a solicitação? Justifique sua resposta com base no que a LDB fala sobre a disciplina de educação física.

Fonte: Elaboração própria

Spricigo (2014) diz que apesar de poder ser resolvido individualmente, uma das maiores riquezas dessa abordagem de ensino é a interação pedagógica que promove mudanças significativas na sala de aula. Trata-se de uma abordagem ativa e colaborativa, que promove o desenvolvimento da autonomia e da metacognição, quando conduzido de

forma apropriada. Dessa forma, o estudo de caso sobre a *Legislação da Educação Básica*, proporcionou no primeiro momento, a identificação dos conceitos que os alunos já tinham noção na teoria. Serviu também para identificar outros conceitos presentes na Lei e que não foram bem esclarecidos em momento anterior, como questões recorrentes relacionadas à progressão regular e continuada. Cabe ressaltar que os estudos de caso podem ser usados em avaliação ou pesquisa educacional para descrever e analisar uma unidade social, considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural (MARLI, 2013). Como instrumento avaliativo, o estudo de caso visa permitir ao aluno-professor experimentar uma situação, contexto real ou fictício, que auxilia na compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Não há uma única forma de realizar um estudo de caso, mas várias formas de serem desenvolvidas. A atividade foi vista como alternativa de ensino para noções básicas da Legislação, pois é difícil de ser visualizada o que as leis propõem sem um contexto social. Então, realizar estudos de casos práticos e possíveis, foi ideal para ativar a criticidade dos alunos, impulsionando a construir soluções para os problemas fictícios indicados na atividade. Como os professores que ministram as aulas pelo Parfor são de outros municípios do Estado do Amazonas e de outras regiões do país, serve também como encontros para compartilharem experiências educacionais e culturais que acontecem nos municípios (SILVA, 2023).

Os alunos-professores de Marãã mesmo com o contato com as escolas, muitas vezes ingressam na Universidade com muitas dúvidas sobre as leis que regem a Educação Básica, como a turma analisada trata-se de docentes em exercício na rede pública de ensino, sem formação superior que têm apenas conhecimentos prévios das Leis, o estudo de caso e debate foi importante como estratégias para mediar o processo de ensino-aprendizagem dos professores para reflexões que facilitam esta compreensão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O estudo de caso favoreceu a identificação de conceitos prévios dos professores em formação, na qual auxiliaram na organização e inter-relação entre o estudo das Leis que regem a Educação Básica e situações-problemas encontradas em um contexto escolar

ficício. Os resultados mostram que a introdução sobre as leis contribui com a aprendizagem, pois os professores em formação foram capazes de construir conhecimentos básicos sobre o tema, desmistificando algumas ideias de senso comum sobre os direitos dos alunos e refletir sobre a particularidade das comunidades ribeirinhas, comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores que costumam trabalhar naquela região.

Ao avaliar a disciplina e o método de estudo de caso como abordagem de ensino aplicado à turma, os professores em formação consideram importante para aquisição dos conhecimentos sobre Leis e o contexto escolar. Entre as sugestões para aperfeiçoar a atividade está a inclusão de casos que simulem a realidade em algumas comunidades indígenas, as quais podem ser implementadas já no próximo semestres letivos.

Na percepção dos professores em formação, a resolução de casos na sala de aula permitiu que os conceitos fossem trabalhados de maneira mais dinâmica e contextualizada do que a simples memorização de conceitos e artigos. Acredita-se, por isso, que essa estratégia poderia ser aplicada com sucesso em outras disciplinas no ensino da Biologia.

REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038>. Acesso em: 07/03/2020.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Publicado o resultado final de cursos do Parfor 2023**. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/publicado-o-resultado-final-de-cursos-do-parfor-2023#:~:text=A%20CAPES%20publicou%2C%20na%20%20C3%BAltima,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20\(Parfor\)](https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/publicado-o-resultado-final-de-cursos-do-parfor-2023#:~:text=A%20CAPES%20publicou%2C%20na%20%20C3%BAltima,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20(Parfor).). Acessado em: 05/06/2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2014.

MARLI, A. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, v. 33, n. 3, p.174-181, 2010.

MELZER, E.; BRICK, E.; HOFFMANN, M. Desafios e potencialidades da área de ciências da natureza nas licenciaturas em educação do campo (LEDOC) do sul do Brasil. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 30, n. 61, p. 178-192, 2021.

MINAYO, M.; DESLANDES, S.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes: Petrópolis, 2011.

OLIVEIRA, B. **Maraã Aspectos Gerais**. Disponível em: <https://maraaense.blogspot.com/2019/06/maraa-aspectos-gerais.html>. Acesso em: 05/06/2019.

OLIVEIRA FILHO, R.; SEIFFERT, S. PARFOR e os Licenciados do curso de Ciências Biológicas do PARFOR do Município de Eirunepé-AM. 2º Simpósio em Educação em Ciências na Amazônia. **VII Seminário de Ensino de Ciências na Amazônia**. 2012

SILVA, D. O Plano Nacional de Formação de Professores na Educação Básica-PARFOR no Município de Maraã-AM: A luta pela formação docente no cotidiano da Docência. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 18, n. 3, 2018.

SILVA, D. O Plano Nacional de Formação de Professores na Educação Básica – PARFOR do Município de Maraã-AM: A Luta pela formação Docente no Cotidiano da Docência. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 18, n. 3, p. 182-196, 2018.

SOUZA, M. I.; FRISSELLI, R. **O PARFOR, a formação e a ação de professores da educação Básica**. Londrina: PARFOR/UEL, 2017.

VASCONCELOS, E. **A formação de professores na Amazônia e as dimensões socioambientais: um estudo sobre o PARFOR**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.